



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO GERAL DE DIREITOS HUMANOS

TERMO DE REFERÊNCIA

N.º e Título do Projeto		
PROJETO UNESCO 914BRZ1136.7 – “FORTALECIMENTO DO SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO II”		
Natureza do Serviço	Modalidade / N.º de vagas	Localidade de Trabalho
Consultoria	Produto / 1 (uma) vaga.	Brasília/DF
Objetivo da Contratação		
Seleção e contratação de 01 (um) consultor para a prestação de serviços técnicos especializados com vistas à elaboração de documentos de referência com orientação técnica e pedagógica sobre formação continuada na área dos Direitos Humanos para a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.		
Unidade Supervisora		
Coordenação Geral de Direitos Humanos - CGDH		
Cargo do Supervisor		
Coordenador Geral		
Vinculação com o PRODOC		
<p>Resultado 2: Referenciais didáticos e pedagógicos elaborados ou revisados para subsidiar a discussão e a implementação das legislações e diretrizes de educação em direitos humanos, ambiental, indígena e quilombola no contexto escolar, considerando a transversalidade das temáticas e os objetivos dos programas desenvolvidos pela SECADI na perspectiva da educação inclusiva.</p> <p>Atividade 2.1.1: Desenvolver referenciais que subsidiem os processos de formação de educadores para a organização das propostas pedagógicas em consonância com as novas legislações e diretrizes educacionais, visando sua interface com objetivos dos planos e programas prioritizados nas áreas de educação em direitos humanos, diversidade e inclusão.</p>		

1. Justificativa

A criação da SECADI, que tem como eixo fundamental a democratização das oportunidades educacionais e a garantia do direito universal a uma educação de qualidade, sinaliza uma inflexão da agenda educacional brasileira. Entre as ações que exemplificam essa mudança paradigmática, destaca-se a relevância atribuída hoje às políticas amplas de educação em direitos humanos, que pautem o respeito e valorização da diversidade em suas várias formas, conforme preconizado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (SEDH/PR, 2006) e no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005). Além disso, é válido ressaltar a Política Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes e o respectivo Plano Decenal (2011 - 2020), ambos

configurando-se como documentos orientadores das políticas públicas no âmbito do Governo Federal com relação aos direitos de crianças e adolescentes.

Para desenvolver suas políticas, a SECADI se pauta por um conjunto de instrumentos normativos, cuja implementação precisa ser constantemente monitorada a fim de fomentar práticas pedagógicas que favoreçam o exercício dos direitos e deveres de todos os públicos que integram as escolas nos sistemas educacionais inclusivos, manifestando toda a diversidade da população brasileira.

Para fortalecer conceitual e metodologicamente as políticas nacionais de educação em direitos humanos, considerando em particular a perspectiva intersetorial das políticas voltadas ao segmento crianças e adolescentes, faz-se necessária a contratação de profissionais com vistas à avaliação da política de formação continuada de professores e profissionais de educação nas temáticas de Direitos Humanos, especificamente nos temas de Gênero e Diversidade Sexual. Esse profissional deverá ser capaz de fornecer subsídios para o fortalecimento das ações desenvolvidas pela SECADI nesse campo, bem como diagnosticar e sistematizar as ações no enfrentamento às situações de vulnerabilidade social na educação.

2. Produtos e atividades

Atividades para elaboração do Produto 1:

Atividade 1: levantar e sistematizar os dados relativos à demanda pelos cursos de formação continuada da CGDH identificada por meio do módulo “Plano de Formação” do PDE Interativo, preenchido pelos diretores das escolas públicas de todo o Brasil;

Atividade 2: levantar e sistematizar informações relativas ao processo utilizado pelas diretorias das escolas públicas, junto ao seu corpo docente, equipe de funcionários e demais membros da comunidade escolar, na escolha dos cursos de formação continuada em direitos humanos para a composição do “Plano de Formação” da escola no PDE Interativo e analisar as etapas e estratégias implementadas.

Atividade 3: levantar e sistematizar os procedimentos executados no âmbito dos sistemas informatizados utilizados para a elaboração dos “Planos de Formação” das escolas, identificando suas limitações e potencialidades.

Produto 1 - Documento técnico analítico sobre os procedimentos adotados por escolas públicas municipais e estaduais para a identificação das necessidades e interesses, de seu corpo docente e comunidade escolar, relacionadas à formação continuada, tendo em vista a elaboração de seus “Planos de Formação” via PDE Interativo, com propostas de disseminação das estratégias e metodologias utilizadas, além de análise sobre as limitações do sistema informatizado utilizado, dificuldades encontradas pelos diretores em seu uso e potencialidades do mesmo.

Atividades para elaboração do Produto 2:

Atividade 1: analisar, comparativamente, a abordagem do tema Gênero e Diversidade Sexual presente: nas ementas dos cursos propostos pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) em 2012; nas ementas de referência cadastradas pela CGDH no PDE Interativo e que deverão balizar os projetos de formação pelas IPES a partir de 2013;

Atividade 2: avaliar as diretrizes e resoluções das Conferências Nacionais realizadas com foco nas questões de Gênero e Diversidade Sexual e dos Conselhos Nacionais que

priorizam tais temáticas, no que diz respeito à formação de professores para a abordagem dessas questões.

Atividade 3: sugerir adequações e ajustes às ementas cadastradas no PDE Interativo e às elaboradas pelas IPES, nos casos em que for necessário.

Produto 2 - Documento técnico analítico das ementas dos cursos de formação continuada da CGDH, nas temáticas de Gênero e Diversidade Sexual, ofertados pelas IPES em 2012 e propostos pelo PDE Interativo, apresentando proposta de atualização e adequação, contemplando as diretrizes e resoluções das Conferências Nacionais realizadas com foco nas questões de Gênero e Diversidade Sexual e dos Conselhos Nacionais que priorizam tais temáticas, no que diz respeito à formação de professores para a abordagem dessas questões.

Atividades para elaboração do Produto 3:

Atividade 1: analisar as estratégias e metodologias dos diferentes atores (entre Sistemas de Ensino, Instituições Públicas de Ensino Superior e movimento social) relacionadas à elaboração do Plano Estratégico de Formação Docente no âmbito dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, garantindo a representatividade de todas as regiões do país.

Atividade 2: Avaliar a eficiência e eficácia dos Fóruns na compatibilização entre a demanda consolidada apresentada pelos Sistemas de Ensino, a capacidade de oferta das IPES que atuam no Estado e os recursos disponíveis para financiamento pelo MEC, elaborando o Plano Estratégico do Estado, além de destacar de que forma esses espaços priorizaram os cursos sobre Gênero e Diversidade Sexual.

Produto 3 - Documento técnico analítico da articulação entre Sistemas de Ensino, Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e movimento social junto aos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente para atendimento da demanda pelos cursos de formação continuada fomentados pela CGDH via PDE Interativo.

Atividades para elaboração do Produto 4:

Atividade 1: analisar as Portarias e Resoluções em vigor sobre a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, publicadas entre Agosto de 2011 e Agosto de 2012, explicitando as atribuições de cada uma das instâncias envolvidas e as conexões entre elas.

Atividade 2: propor estratégias para o monitoramento das ações a serem realizadas pelas IPES executoras dos cursos da CGDH, a partir de 2013, de acordo com o que é preconizado pelas Portarias e Resoluções da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

Produto 4 - Documento técnico contendo proposta de estratégia de monitoramento, pela CGDH, da execução dos projetos de formação continuada sob sua responsabilidade a serem executados pelas IPES parceiras, a partir de 2013, conforme as atribuições, responsabilidades e fluxos de gestão estipulados pelas Portarias e Resoluções da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

3. Prazo e cronograma de atividades e apresentação dos produtos

O contrato terá vigência de 10 (dez) meses, podendo o cronograma de atividades sofrer alterações visando o ajuste à dinâmica de desenvolvimento dos trabalhos, mediante decisão conjunta entre o contratado e a unidade responsável pelo acompanhamento do contrato.

4. Custos e forma de pagamento

O custo total dos serviços de consultoria está definido em R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) observando-se, para o desembolso financeiro, os prazos indicados no cronograma de atividades abaixo:

Produtos	Data de Entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico analítico sobre os procedimentos adotados por escolas públicas municipais e estaduais para a identificação das necessidades e interesses, de seu corpo docente e comunidade escolar, relacionadas à formação continuada, tendo em vista a elaboração de seus "Planos de Formação" via PDE Interativo, com propostas de disseminação das estratégias e metodologias utilizadas, além de análise sobre as limitações do sistema informatizado utilizado, dificuldades encontradas pelos diretores em seu uso e potencialidades do mesmo.	60 dias após assinatura do Contrato.	22.000,00
Produto 2 - Documento técnico analítico das ementas dos cursos de formação continuada da CGDH, nas temáticas de Gênero e Diversidade Sexual, ofertados pelas IPES em 2012 e propostos pelo PDE Interativo, apresentando proposta de atualização e adequação, contemplando as diretrizes e resoluções das Conferências Nacionais realizadas com foco nas questões de Gênero e Diversidade Sexual e dos Conselhos Nacionais que priorizam tais temáticas, no que diz respeito à formação de professores para a abordagem dessas questões	140 dias após assinatura do Contrato.	18.000,00
Produto 3 - Documento técnico analítico da articulação entre Sistemas de Ensino, Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e movimento social junto aos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente para atendimento da demanda pelos cursos de formação continuada fomentados pela CGDH via PDE Interativo.	200 dias após assinatura do Contrato	21.000,00
Produto 4 - Documento técnico contendo proposta de estratégia de monitoramento, pela CGDH, da execução dos projetos de formação continuada sob sua responsabilidade a serem executados pelas IPES parceiras, a partir de 2013, conforme as atribuições, responsabilidades e fluxos de gestão estipulados pelas Portarias e Resoluções da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.	300 dias após assinatura do Contrato	19.000,00

Valor Total		80.000,00

5. Apresentação dos Produtos

Os produtos serão apresentados em formato impresso, em 1 (uma) via, tamanho A-4, e em CD (uma via) produzido nos aplicativos compatíveis com Microsoft Office 2004, mediante Parecer Técnico aprovando-os, emitido pela unidade demandante da consultoria.

6. Perfil do Contratado:

6.1. Descrição:

- Diploma de graduação de nível superior em Ciências Humanas ou Ciências Sociais;
- Pós-graduação em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.

6.2. Exigências específicas:

- Experiência profissional mínima de 3 (três) anos na área de educação e/ou direitos humanos;
- Experiência profissional mínima de 3 (três) anos em projetos de formação continuada de professores.

6.3. Desejável:

- Mestrado em Ciências Humanas ou Ciências Sociais.
- Conhecimento em políticas públicas de educação em direitos humanos;
- Disponibilidade para viagens.

OBS.: As experiências serão comprovadas por meio de apresentação de documentos tais como: contratos de trabalho e/ou prestação de serviços, registro em carteira de trabalho ou documentos equivalentes.

7. Número de vagas

01 (uma) vaga.

8. Processo Seletivo

- a) O Processo Seletivo Simplificado - PSS de que trata este Termo de Referência - TOR consistirá de duas fases: 1ª fase - análise curricular; 2ª fase - entrevista.
- b) Os candidatos selecionados para a 2ª fase do PSS que não residam em Brasília/DF poderão participar da entrevista, por meio de telefone que será gravada e anexada ao Processo.
- c) O candidato selecionado no âmbito do Processo Seletivo deverá comprovar documentalmente a formação acadêmica e experiência profissional exigidas no Edital.